

6. “Nem tão amigos que não possam ser inimigos”: o Brasil entre a “boa vizinhança” de Roosevelt e as ambições do Terceiro Reich

Danilo Thomaz

Introdução

“Inimigos? Não sei se os tenho. Mas se os tiver não serão jamais tão inimigos hoje que não possam vir a ser amigos amanhã.” Não se sabe se essa declaração foi dada com um charuto entre os dedos ou pressionado pelos dentes. Tampouco se a transcrição é literal. De todo modo, o significado é real e sintetiza o modo de fazer política de Getúlio Dornelles Vargas (1881-1954), o autor da frase e o homem que mais tempo governou o Brasil. Ao longo dos 19 anos em que esteve no poder – entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954 –, Vargas consagrou um modo de fazer política baseado na administração de interesses contraditórios visando, grosso modo, o desenvolvimento do Estado burocrático brasileiro, da indústria nacional, da sua burguesia e da classe trabalhadora urbana.

Esse modo de fazer política – o qual, aliás, configura um jeito brasileiro de fazer política – não se circunscreveu, porém, ao território e às disputas nacionais, tendo nisso o *modus operandi* de Vargas na política externa. Em especial no período da Segunda Guerra Mundial. Uma época na qual o Brasil, potência média ascendente na América Latina, foi o centro da disputa entre as duas nações que pleiteavam a hegemonia mundial. De um lado, o império ascendente, os Estados Unidos, em processo de reconstrução por meio do *New Deal* do democrata Franklin Delano Roosevelt, que procuravam firmar, de maneira amigável, a condição de subalternidade do Brasil e dos demais países

latino-americanos. Do outro lado do Atlântico Norte, um império arruinado buscava reerguer-se, sob a liderança de Adolf Hitler, e fazer dos países periféricos, que então viviam sob forte influência do Reino Unido e dos Estados Unidos, um mercado para seus produtos industriais, reforçando a condição subalterna, do ponto de vista econômico, que marca o Brasil e a América Latina desde o século XIX.

Aquele mundo de 1930, porém, não era o mesmo do período de 1870 a 1914, quando os Estados Unidos, a França, a recém-criada Alemanha, a Itália e o Japão, tendo desenvolvido suas indústrias, entraram na disputa pelo comércio global com o império britânico, que dominava a América Latina. A alta valorização dos produtos agrícolas, como o café, no caso brasileiro, e o fechamento dos mercados durante a Primeira Grande Guerra (1914-1918) haviam desenhado uma nova periferia, que, se não deixava de estar em condição subalterna perante o Reino Unido e os impérios ascendentes, tampouco era meramente o vasto território agrário, oligárquico e semicapitalista do século XIX. O Brasil entrava naquele mundo em ruínas dos anos 1930 com uma indústria de transformação em desenvolvimento, classes sociais modernas em ascensão e forte processo de urbanização. Essas mudanças traziam consigo todas as demandas que advêm do processo de revolução capitalista, desde medidas protecionistas para a indústria nacional até a criação de uma legislação trabalhista que não apenas garantisse direitos aos trabalhadores, mas permitisse a eles fazer parte do mercado de consumo interno, tornando-se, assim, parte do desenvolvimento nacional.

Neste capítulo, vamos analisar de que maneira as transformações que se intensificam no país a partir da crise de 1929 determinaram seu comportamento pendular durante a Segunda Guerra. Para tanto, faremos uma análise histórico-estruturalista, analisando o modo de inserção do país na divisão internacional do trabalho, as transformações de sua economia e o comportamento dos atores político-econômicos no período de 1930 a 1945 para explicar a posição ambígua do governo brasileiro nos primeiros anos da Segunda Guerra, antes de enviar as tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a Itália, junto dos soldados norte-americanos.

Na primeira parte, analisaremos brevemente o modo de inserção subordinada do Brasil a partir da ascensão do café e o desenvolvimento da indústria

e das classes sociais ao longo da Primeira República (1889-1930). Em seguida, trataremos do impacto da Crise de 1929 sobre a aliança de classes que sustentava o governo de Washington Luís, o último governo liberal-oligárquico da Primeira República, e sobre a aliança que sustentou o processo de transformação da economia e do Estado no governo de Getúlio Vargas. Na sequência, analisaremos as transformações da economia e do Estado nos Estados Unidos e na Alemanha e seu impacto na divisão internacional do trabalho. Por último, analisaremos como as mudanças empreendidas por Vargas determinaram a posição do governo nacional frente à Segunda Guerra.

O nascimento de uma nação periférica (1870-1929)

Até a década de 1870, dado o relativo atraso industrial da França, da Alemanha e dos Estados Unidos frente à Inglaterra, prevaleceu uma determinada realidade econômica em âmbito internacional, pautada no livre-comércio. Com o avanço dessas novas potências a partir do governo de Napoleão III, da Guerra Civil americana (1861-65) e da “modernização conservadora” (Moore Jr, 2000) de Bismarck, há uma alteração na correlação de forças internacionais. Como afirma Luxemburgo,

O ponto de vista puro da troca de mercadorias, de que provinha a ilusão livre-cambista da harmonia de interesses no mercado mundial, foi abandonado tão logo o grande capital da indústria arraigou-se o suficiente nos países mais importantes do continente europeu, para pensar em suas condições de acumulação. Essas, porém, colocavam em primeiro plano, frente à reciprocidade de interesses dos estados capitalistas, seus antagonismos e a competição na luta pela conquista do meio não capitalista. (Luxemburgo, 2021, p. 451)

O protecionismo começa a se tornar a política de Estado das economias capitalistas centrais e industrializadas nas décadas finais do século XIX (Luxemburgo, 2021, p. 451). É justamente nesse momento que se estabelece a divisão desigual, que terá graves repercussões no século XX, entre os

Estados Unidos, a Grã-Bretanha e os principais países da Europa Ocidental e a América Latina. Ante uma conjuntura na qual os termos de troca entre produtos industrializados e matérias-primas eram inicialmente favoráveis aos países da América Latina (Prebisch, 1949), como mostra a Tabela 6.1, as nações industrializadas fecharam suas economias, em defesa de seu desenvolvimento industrial, e as nações latino-americanas mantiveram-nas abertas, como receptoras dessas mercadorias, configurando, assim, sua posição subordinada na divisão do trabalho internacional.

Tabela 6.1 – Relação entre os prêmios de produtos primários e artigos de produtos finais da indústria – Preços médios de importação e exportação, respectivamente (1876-1880 = 100)

1881-1885	102,4
1886-1890	96,3
1891-1895	90,1
1896-1900	87,1

Fonte: Prebisch (1949).

Isso não significa, porém, que países como o Brasil e a Argentina não tenham se beneficiado de sua posição subordinada. Não apenas pela alta demanda e pelo preço externo dos produtos que exportavam – o café, no caso brasileiro, e a carne, a lã e o algodão, no caso argentino –, mas também por se configurarem em mercados de consumo potenciais para os países centrais, que, por isso, realizaram investimentos em infraestrutura, propiciando um processo de desenvolvimento capitalista nesses países.

Além disso, o próprio excedente gerado pelos produtos comercializados no exterior permitiu o avanço industrial e urbano desses países, além de menor dependência do Reino Unido como credor, já no século XIX. No caso brasileiro, objeto de nosso artigo, ocorre um surto industrial que marcou a última década do Império. Nos anos 1880, o número de empresas industriais mais que triplicou (Prado Junior, 1961), superando as seiscentas. O governo do Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente republicano do Brasil,

buscou utilizar o setor bancário e financeiro como alavanca para induzir o crescimento do setor por meio de uma nova regulamentação para a emissão de moeda, de forma a resolver a falta de papel circulante.

Desse modo, lastreou a emissão de dinheiro aos papéis da dívida pública, de forma conversível. A medida, assim, resolveria o problema da falta de liquidez de moeda, do financiamento da indústria e da dívida. Entretanto, a pressão política das oligarquias e do setor bancário-financeiro por mais bancos emissores e pela autorização pela emissão lastreada a ouro, sem a possibilidade de conversão, como no Império, fez o intento industrializante fracassar. Em vez de o setor bancário-financeiro estimular a produção, o que fez foi criar empresas apenas para fins especulativos. Esse excesso levou ao estouro de uma “bolha”, a uma quebraadeira econômica e a uma crise inflacionária ante o excesso de papel-dinheiro circulante.

O episódio ficou conhecido como “encilhamento”¹ e marcou a vitória dos setores agrário e financeiro sobre o setor industrial e produtivo. No governo Rodrigues Alves (1902-06), teve início uma reversão dessa hegemonia, com a adoção de medidas industrializantes por meio das divisas do café. O “Plano de Valorização do Café” (1906), criado por Augusto Ramos, “visava produzir mais riqueza no Brasil a partir do café” (Caldeira, 2017, p. 486), segundo o próprio formulador, e auxiliar o crescimento industrial por meio da estabilização de uma taxa de câmbio competitiva, a grande questão do país ao longo da Primeira República.

Essa mudança na tendência agrário-liberal é decorrente do próprio fortalecimento da indústria nacional. O primeiro Censo Industrial, de 1907, mostra que havia no país 3.258 estabelecimentos industriais e 150.841 operários empregados (Prado Júnior, 1961). Com o fechamento dos mercados, na Primeira Guerra, a indústria ganha, de fato, maior presença na economia nacional. O Censo de 1920 mostra um aumento de 9,4 mil para 13,3 mil indústrias em comparação a 1912. Desse total, 5.936 são fundadas entre 1915 e 1919 (Prado Júnior, 1961). Já na comparação com o levantamento de 1907, o número de operários quase dobrou, chegando a 275.512 (Prado Júnior, 1961).

1 O termo faz referência ao ato de “encilhar”, ou seja, à prática de preparar um cavalo para ser montado.

Essa mudança na economia levou a um realinhamento da luta de classes à brasileira, com a ascensão da classe industrial como um ator de peso, ainda que em posição de inferioridade em comparação com as oligarquias agrário-exportadoras, e das classes operárias urbanas, que passam a realizar greves, como a histórica Greve Geral de São Paulo em 1917. Em 5 de julho de 1922, entram em cena novos atores, fruto desse Brasil em processo de industrialização e urbanização, que já não toleravam mais o domínio das oligarquias agrárias. Trata-se dos setores médios e militares, no movimento que ficaria conhecido como “Levante dos 18 do Forte de Copacabana”, número hipotético de rebeldes resistentes, uma vez que o levante fora censurado na imprensa. Mesmo reprimido pelo governo Arthur Bernardes (1922-26), representante das oligarquias agrárias, o movimento acabaria identificado como primeiro movimento militar e civil a unir diferentes setores urbanos em defesa da modernização do país, inspirando outros movimentos, como a Revolução de 1924 em São Paulo e a Coluna Prestes.

A pressão dos setores médios e populares vai se encontrar, no final da década de 1920, com a quebra da Bolsa de Nova York, que derruba o preço dos produtos agrícolas, incluindo o café, e rompe com a frágil hegemonia do setor oligárquico-agrário no poder, que buscou, no governo de Washington Luís, adotar medidas em prol do desenvolvimento industrial, como a desvalorização cambial. Após o grave período de crise atravessado no governo Arthur Bernardes, sobretudo em decorrência da valorização cambial, o setor industrial, fortalecido politicamente, fez valer sua voz no governo de seu sucessor, Washington Luís, que tem como ministro da Fazenda Getúlio Vargas e adota uma política de desvalorização e estabilização da moeda nacional. Com a decadência da “economia do café”, o movimento industrialista e de modernização do Estado e das relações sociais, que veio num crescente ao longo das primeiras décadas do século XX, encontra sua oportunidade histórica, dando início a um novo projeto político e econômico.

A Revolução de 1930 e o Brasil que sonha ser soberano

A Revolução de 1930 levou ao poder uma coalizão heterogênea, civil e militar, que constituiu um “Estado de compromisso” (Fausto, 1969) visando a

constituição de um Estado nacional moderno, uma economia industrial e uma sociedade do trabalho, políticas afins às demandas pleiteadas nos protestos dos anos 1920. Trata-se de um “Estado de compromisso” porque as novas classes que ascendem com a Revolução de 1930 não têm, ainda, peso suficiente para se impor como frações hegemônicas. Ante esse compromisso se unem, além de setores da oligarquia e das Forças Armadas, “frações da burguesia”, com destaque para a industrial, parte das classes médias e dos trabalhadores urbanos (Fausto, 1969). As duas últimas classes mantêm, todavia, uma posição subordinada em relação à burguesia industrial.

Esse “Estado de Compromisso”, que se consolidaria a partir do golpe de 1937, dá início a um consenso relativo em torno do desenvolvimento industrial brasileiro. É consenso porque, a partir de 1930, já não se contesta mais a ideia de que o país necessita de uma indústria nacional, e o próprio Estado passa a atuar ora como criador, ora como criatura dessa nova forma dominante de acumulação. É relativo porque, ao mesmo tempo, a própria evolução do processo industrial e produtivo do Brasil gera fissuras nessa corrente que chamaremos aqui de desenvolvimentista, conforme a definição de Bielschowsky:

A ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (Bielschowsky, 2007, pp. 18-19)

O governo Vargas vai atuar justamente nesse consenso estabelecido. Em seu governo, promove a centralização do Estado brasileiro, marcadamente federativo na Primeira República, e promove também a intervenção estatal

na economia e a transferência das decisões econômicas relevantes para a esfera do governo federal (Nunes, 2003). Além disso, o governo promove uma centralização política, que também se contrapõe ao poder oligárquico e regionalista da Primeira República, a reforma administrativa, a racionalização e a modernização do aparelho de Estado, por meio do corte de despesas e a criação de novos ministérios, como o do Trabalho. Além disso, a criação de vários outros ministérios e de dezenas de agências “produziu milhares de empregos para indivíduos de classe média, advogados, burocratas e intelectuais, contribuindo para ampliar a presença do Estado na vida nacional” (Nunes, 2003, p. 53).

Em novembro de 1937, ocorre o golpe que implanta o Estado Novo, uma ditadura de caráter nacionalista e corporativista, com a qual o governo de Getúlio Vargas consegue sedimentar as bases de um Estado criador do modo capitalista de acumulação. Trata-se de um Estado centralizador, mediador das relações entre capital e trabalho e dos conflitos entre as frações capitalistas/dominantes. Um Estado que visa operar como estabilizador, planejador e indutor das perspectivas e demandas econômicas. É nesse momento também que se sedimenta o “compromisso de 37” (Marini, 2000), ou seja, o pacto iniciado no período anterior do governo Vargas, com o fortalecimento da burguesia industrial e das classes a ela associadas.

Em 1938, o governo instituiu o Departamento de Administração do Serviço Público, o Dasp, que buscou criar “uma burocracia insulada” (Nunes, 2003, p. 35), que deveria atuar como formuladora de políticas no novo Estado brasileiro, contribuindo para sua centralização. Nesse período há também uma profunda transformação no Estado brasileiro, de modo a propiciar a acumulação capitalista do setor produtivo, por meio da criação de uma série de indústrias e serviços pertencentes ao Estado. Entre elas, destacam-se: a Fábrica Nacional de Motores, manufaturas militares e indústrias, serviços e autarquias ligados à infraestrutura e às telecomunicações, como os Correios e a Companhia Siderúrgica Nacional, marco da siderurgia moderna brasileira, fruto da ação nacional nos anos da guerra.²

2 A lista completa pode ser vista em Nunes, 2003, p. 60.

Tabela 6.2 – Crescimento da manufatura, siderurgia e energia 1939 = 100

Segmento	1939	1945	%
Manufaturas (geral)	100	138,4	38,4%
Siderurgia	100	169,1	69,1%
Energia	100	153	53%

Fonte: Ipea, 1978.

Antes, porém, de analisarmos a postura do governo brasileiro entre 1939 e 1945, vamos, a título de contextualização, fazer uma breve análise do cenário político e econômico dos Estados Unidos e da Alemanha a partir de 1929.

O New Deal de Roosevelt: a nova face do imperialismo norte-americano

Com a crise de 1929, chegam ao fim os “anos loucos” da prosperidade norte-americana da década de 1920. O país vive o seu primeiro desastre coletivo desde a Guerra Civil (1861-1865), que leva à eleição, em 1932, do democrata Franklin Delano Roosevelt, ex-governador do Estado de Nova York, figura popular, de forte comunicação direta com o povo por meio do rádio, mídia ascendente à época. Herdando uma nação solapada por quatro anos de uma depressão econômica, Roosevelt dá início a uma série de medidas que viriam a ser conhecidas como o *New Deal*. A sua agenda “se baseava na ideia de que era necessário um planejamento governamental para a recuperação” (Lepore, 2019, p. 485), uma novidade na história dos Estados Unidos, e “que a solução para a depressão era o gasto público” (Lepore, 2019, p. 485), de forma a estimular a economia por meio de investimentos, gerando empregos e, assim, estimulando o consumo.

O contexto da crise o favoreceu. A gravidade e a longevidade da Depressão fazia com que muitos norte-americanos acreditassem “que seria necessário

que o novo presidente adotasse poderes de um ditador, para evitar que o Congresso obstruísse pautas” (Lepore, 2019, p. 481). Além disso, o liberalismo estava em completa desmoralização, em decorrência da crise de 1929, da Depressão, além da resposta rápida e positiva do governo de Hitler à crise alemã (Lepore, 2019, p. 481; Hobsbawn, 1995) e da industrialização soviética. Esses dois últimos fatores trouxeram ao mundo uma alternativa política à crise do liberalismo. Assim, a proposta de um Estado indutor, regulador e planejador da economia tornou-se, no contexto dos Estados Unidos, um meio de preservação da democracia liberal. Como se diz na adaptação de *O leopardo*, do autor italiano Giuseppe de Lampedusa, “é preciso que tudo mude para que continue como está”.

Esses fatores se somavam à popularidade de Roosevelt, fortalecendo-o junto às classes trabalhadora e média, ambas espoliadas pela quebra da economia. Desse modo, o presidente democrata conseguiu criar uma base política e ideológica para enfrentar a oposição republicana no Congresso, os empresários habituados ao *laissez-faire* e a Suprema Corte, também opositora do *New Deal* e dos trabalhadores. Assim, Roosevelt deu início a reformas que não apenas recuperaram a economia, mas representaram uma terceira refundação do país, após a Independência (1776) e a Reconstrução pós-Guerra Civil. Entre as reformas empreendidas estão a do setor bancário e financeiro, como a Lei Glass-Steagall, que proibia “qualquer banco que recebesse depósitos de clientes de também subscrever ou vender qualquer tipo de título financeiro” (Ferguson, 2013, p. 35). Já o “Securities Act de 1933 e o Securities Exchange Act de 1934 exigiram ampla transparência financeira de empresas negociadas em bolsa e bancos de investimentos, e criaram a Securities and Exchange Commission (SEC) para policiá-los” (Ferguson, 2013, p. 35).

Além disso, o presidente transformou em lei uma série de demandas trabalhistas e sociais que vinham desde o início do século XX. Em 1935, foi aprovada a Lei Nacional das Relações de Trabalho, garantindo o direito de organização dos trabalhadores “e instituindo a Agência do Progresso Público (WPA, sigla em inglês para Work Progress Administration), que contratou milhões de pessoas para construir estradas, escolas e hospitais, bem como escritores e artistas” (Lepore, 2019, p. 486). No mesmo ano, fora criada e aprovada a Lei de Seguridade Social, que “estabelecia a criação de pensões,

da assistência do governo federal para famílias sem pais, e do seguro-desemprego” (Lepore, 2019, p. 486).

Outra vitória obtida foi em relação à alíquota de impostos. Se, na chamada Era Progressista (1896-1916), a Suprema Corte chegou a considerar um Imposto de Renda federal como inconstitucional, nos anos Roosevelt, conseguiu-se ampliar o teto das alíquotas de imposto de renda em quase 50%, passando de 63% (1935) para 94% (1944-45). Já as alíquotas dos lucros do setor corporativo em relação ao PIB saíram de 0,5% em 1934 para mais de 7% em 1945. O forte crescimento econômico após as medidas – 10,8% (1934), 8,9% (1935) e 12,9% (1936) – e do emprego formal o reelegeram para um segundo mandato em 1937, quando o país cresceu 5,1%. A segurança no desempenho econômico, todavia, levou o governo a retirar algumas medidas de estímulo, e o PIB caiu mais de 3% no ano seguinte.

Isso, no entanto, não abalou o governo. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, o esforço da economia de guerra, até então o maior já empreendido pela história humana (Hobsbawm, 1995), deu um novo impulso à economia norte-americana. “Entre 1940 e 1945, os americanos produziram 300 mil aviões militares, 86 mil tanques, 3 milhões de metralhadoras e 71 navios de guerra” (Lepore, 2019, p. 538). O crescimento agrícola foi na ordem de 25%. Os suprimentos agrários abasteciam as forças norte-americanas e “a Inglaterra, a França, a União Soviética, a China e outros aliados” (Lepore, 2019, p. 538). Em 1944, o país produziu 12 milhões de toneladas de grãos a mais que em 1939.

Nesse período, tem início também a configuração de uma nova forma de Estado norte-americano. Como afirma Poulantzas, em um mesmo Estado subsistem diferentes tipos de Estado inerentes a diferentes modos de produção, capitalistas ou não, nos quais uma determinada forma-Estado torna-se a dominante. A partir do *New Deal* e, com maior preponderância, a partir de 1939, compreende-se que o capitalismo “monopolista de Estado” – baseado na forte intervenção, indução e regulação estatal – torna-se a forma dominante nos Estados Unidos. Nesse período, o orçamento federal cresceu “de 9 bilhões de dólares em 1939 para 100 bilhões em 1945. Entre 1941 e 1946, o governo federal gastou mais do que 1789 até 1941. Em 1939, menos de 2% da receita do país ia para a guerra; em 1944, eram 40%” (Lepore, 2019, p. 538).

O Estado administrativo (*The Administration*), eixo do Estado norte-americano, também cresceu em tamanho e poder, com a criação do Pentágono e o aumento da burocracia pública de 950 mil para 3,8 milhões de funcionários (Lepore, 2019, p. 540). Somente as Forças Armadas moviam um contingente de 15 milhões de homens e mulheres. Em 1945, havia 12 milhões de membros ativos ante 300 mil em 1939. Os programas estatais de desenvolvimento científico – incluindo-se a pesquisa para o desenvolvimento da bomba atômica – empregavam 130 mil funcionários. Até o fim da Segunda Guerra, o governo central empregava três de cada quatro físicos do país (Lepore, 2019, p. 540). Assim, Roosevelt reposicionou os Estados Unidos, que, para se tornar uma potência hegemônica e fazer frente ao poderio ascendente do nazifascismo na Europa, necessitava ter presença ideológica, política e econômica na periferia global, em especial na América Latina, onde o Brasil era um ator fundamental. Antes, porém, trataremos da ascensão do nazismo alemão.

A ascensão do nazismo e a retomada do imperialismo alemão

A ascensão do Partido Nacional Socialista da Alemanha, o partido nazista, ao poder, em 1933, foi a resposta da sociedade alemã, pela via autoritária, para recuperar a grandeza que julgava perdida após a derrota na Primeira Guerra (1914-1918) e o Tratado de Versalhes (1919). De acordo com esse tratado, a Alemanha deveria destruir seus armamentos e equipamentos de guerra, parte importante do capital do país, além de abrir mão de territórios para a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, o Japão e a Austrália, vendo o seu império reduzir-se “de 2.915.069 km² para apenas 540.000 km²” (Reis, 2001, apud Couto & Hackl, 2007, p. 314). Essa perda de território significava um prejuízo econômico irreparável, para além da perda óbvia de influência geopolítica.

O mais grave, porém, foi o acordo econômico de reparação pela guerra, que suscitou críticas até mesmo entre os representantes dos países vencedores, como o então Ministro da Guerra do Reino Unido, Winston Churchill, e o economista inglês John Maynard Keynes (Couto & Hackl, 2007). Conforme acordado em 1921, a Alemanha teria de pagar aos países vencedores 24 bilhões de libras esterlinas, o que equivaleria, em dezembro de 2024, a quase 1 trilhão

de libras. O valor, à época, consumiria “anualmente 80% das exportações alemãs” (Couto & Hackl, 2007, p. 315) e era considerado “impagável”. Buscou-se, então, uma redução da dívida e seu pagamento em moeda nacional – cerca de 20 bilhões de marcos alemães, $\frac{1}{6}$ do valor proposto pelo Reino Unido. Para os países vitoriosos, por sua vez, não era uma solução atraente receber o pagamento da dívida na moeda alemã, uma vez que ela circulava apenas em seu território, não sendo uma unidade de reserva e troca internacional. Assim, as indenizações teriam de ser pagas pela via da importação de produtos, o que tampouco se configurou numa alternativa menos draconiana, diante da disputa comercial entre as nações europeias no período do entreguerras.

Sem opções, em 1922 a Alemanha suspendeu o pagamento da dívida externa, fazendo acentuar a tendência inflacionária da economia, em decorrência da valorização do dólar, então moeda ascendente no exterior, que levou a uma crise de desconfiança, à desvalorização do marco e ao início da maior escalada inflacionária já vista até então no país. A hiperinflação alemã desorganizou a vida econômica da população e do Estado, com queda nas vendas e na produção e causando aumento do desemprego. Entre setembro e novembro de 1923, o número de desempregados na Alemanha passou de 250 mil para quase 1,5 milhão (Bresciani & Turrone, 1989, apud Couto & Hackl, 2007).

Uma reforma monetária, liderada pelo economista Hjalmar Schacht, ligado à centro-direita e à frente do Reichsbank (o Banco Central alemão),³ substituiu o marco pelo reichsmark, uma nova moeda, atrelada a cédulas hipotecárias. Por meio dela, conseguiu erradicar a hiperinflação, recompor o valor do marco frente ao dólar, ajudar as reservas internacionais, retirar o excesso de moeda de circulação e diminuir o papel das moedas paralelas criadas pelos cidadãos para se proteger da inflação. Ao recuperar a estabilidade monetária, a economia alemã pôde também reativar a produção, impulsionada pelo investimento público.

Entretanto, os problemas do desemprego e da dívida externa persistiram, e se retroalimentaram, com a decisão de Schacht de “pagar as reparações aos governos da Inglaterra, França e países aliados” (Couto & Hackl, 2007, p. 328)

3 O Reichsbank existiu entre 1876 e 1948, tendo sido encerrado nesse ano, junto do reichsmark, e substituído pelo Deutsche Bundesbank.

por meio de uma nova dívida externa, adquirida pela via de empréstimos tomados de particulares dos Estados Unidos. De acordo com o BIS (Bank for International Settlements), “entre 1924 e 1930, a Alemanha recebeu 18 bilhões de reichsmark [a nova moeda alemã] de empréstimos estrangeiros” (Couto & Hackl, 2007, p. 328), dos quais “10,3 bilhões foram usados para pagar as reparações e o restante foi gasto em consumo e investimentos públicos, ou seja, em coisas que não geravam divisas estrangeiras” (Couto & Hackl, 2007, p. 328). Tudo isso, somado ao aumento da produtividade de parte da indústria alemã, agravou o problema do desemprego, que “permaneceu elevado na segunda metade dos anos 1920 (acima de 1 milhão de desempregados), mesmo com a economia alemã crescendo consideravelmente” (Couto & Hackl, 2007, p. 328).

A crise de 1929, claro, também vitimaria a Alemanha. A decisão do Reichsbank, em meados de 1931, de não declarar moratória à dívida externa levou a uma fuga de divisas que deixou o país sem reservas cambiais e sem meios de pagar os credores. Os bancos, logo, entraram em falência, refletindo o estado da economia, sintetizado por:

Uma diminuição da produção em quase um terço, um alto índice de desemprego que se torna um fenômeno duradouro, uma dívida interna que se expressa diariamente nos números de concordatas, uma dívida externa que impossibilita um pagamento no vencimento, uma moeda que não serve mais para a circulação regular de mercadorias, mas apenas para ocultar a falta de liquidez de nossas instituições financeiras e do setor público, esta é a situação alemã. (Couto & Hackl, 2007, p. 330)

Pode-se dizer, portanto, que a crise econômica foi o que permitiu a ascensão do Partido Nacional-Socialista Alemão, que se tornou o maior do *Bundestag* (o parlamento), após a unção de seu líder, Adolf Hitler, ao cargo de chanceler (Primeiro-Ministro) em 1933. No ano seguinte, Hitler torna-se *Führer* (Líder) e *Reichskanzler* (Chanceler do Reich), acumulando a um só tempo os dois maiores cargos de autoridade do país. Hjalmar Schacht, por sua vez, regressou ao Reichsbank e, novamente, reorganizou a economia alemã, por meio da criação de títulos adquiridos por entes privados, que recebiam

juros de 4% ao ano. O dinheiro adquirido era então convertido em obras públicas e rearmamento, o que dinamizou a economia alemã, permitindo-lhe, diante do crescimento seguinte, voltar a emitir moeda sem se preocupar tanto com a inflação.

Em 1938, Schacht era destaque da *Time*, principal revista semanal dos Estados Unidos, pelo trabalho realizado à frente da economia. Entretanto, o *Führer* queria mais. Não lhe bastava trazer de volta o dinamismo e a prosperidade à economia alemã. Ele queria restabelecer o Império, expandindo o território alemão por toda a Europa, mas também conquistando mercados na Europa do Leste e na América Latina, onde um país em ascensão tornou-se o fiel da balança nesse projeto.

Um país periférico entre duas potências

Em 1938, Getúlio Vargas liderava um governo centralizado no Executivo Federal, com o Congresso fechado, os estados sob intervenção e o crescimento econômico impulsionado pelo planejamento estatal, como acontecia nos Estados Unidos, na Alemanha e na União Soviética. Essa centralização, entretanto, não significava que não houvesse divergências a serem mediadas. Os interesses dos industriais nem sempre se encontravam com o das classes operárias urbanas. A burocracia profissionalizada, instituída pelo Dasp, convivia com interesses corporativos e reminiscências do Estado pré-Revolução de 1930.

A divisão político-ideológica dos Estados Unidos e da Europa também encontrava correspondência no governo, dividido entre simpatizantes do nazifascismo, como o Ministro da Guerra, Goés Monteiro, e simpatizantes do liberalismo norte-americano, como o Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Cada grupo pressionava o presidente em torno dos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e da Alemanha Nazista. O primeiro tinha no Brasil um aliado potencial importante para a integração econômica e ideológica do continente americano ao redor dos Estados Unidos. A Alemanha do Terceiro Reich, por sua vez, tinha no país um aliado fundamental para a conquista de novos mercados e a consolidação do imperialismo alemão a partir da subordinação de economias como as da América Latina.

Àquela altura, o Brasil, do ponto de vista político e ideológico, se aproximava dos Estados Unidos, por meio de declarações em defesa do panamericanismo e do livre-comércio entre as nações. Por outro lado, quando o assunto eram as trocas comerciais, o Brasil estreitava suas relações com a Alemanha, tornando-se, para incômodo dos Estados Unidos, o principal parceiro do país europeu na América Latina (Naiditch, 2015), adquirindo armamentos e angariando uma proposta de construção de duas siderúrgicas pelos alemães. A questão das siderúrgicas era fundamental para a estratégia de industrialização e soberania de Vargas e da aliança constituída por industriais, burocracia civil e militar e trabalhadores urbanos que sustentava o Estado Novo.

No entanto, essa aproximação com a Alemanha incomodava os Estados Unidos, que desde a Conferência Panamericana de Montevideú (1933) adotaram a estratégia da “Política da Boa Vizinhança” junto aos demais países latino-americanos, no intuito de manter as nações de origem ibérica como receptoras de suas mercadorias manufaturadas. Todavia, aquele contexto geopolítico beneficiou o Brasil: diante das boas relações comerciais com os alemães, que poderiam se configurar em boas relações políticas, o governo norte-americano propôs novos acordos bilaterais de comércio e o comprometimento na construção de uma siderúrgica brasileira, ganhando, assim, a confiança do governo Vargas (Alves, 2002, apud Naiditch, 2015).

Nesse ínterim, a primeira resolução brasileira em relação à Segunda Guerra Mundial, em 1939, foi de neutralidade. A política do Brasil, em uma circunstância de forte avanço da indústria de transformação, incluindo a militar, estava pautada no reequipamento das Forças Armadas e na construção de uma usina siderúrgica moderna. Enquanto isso, nos bastidores, Vargas buscava um alinhamento com os Estados Unidos, que ainda não haviam entrado na guerra, em troca de investimentos nos setores estratégicos citados. Até que, em maio de 1940, chegou-se a um primeiro acordo entre os dois países do continente americano. Nele, estabeleceu-se que o Brasil receberia um empréstimo na ordem de US\$ 10 milhões para a usina siderúrgica – que viria a ser a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) –, um valor que Vargas julgou insuficiente. No mês seguinte, Vargas, em discurso, reafirmou o “objetivo brasileiro de construir a Siderúrgica e de reequipar as Forças Armadas, e

caso o governo dos EUA não promovesse o desejo brasileiro, Getúlio Vargas estaria disposto a ‘olhar a organização dos povos fortes’” (Oliveira, 2015, p. 10), ou seja, a Alemanha e as demais potências do Eixo.

A contundência do discurso de Vargas causou receio nos Estados Unidos e temor de que a Alemanha pudesse aumentar sua zona de influência política, econômica e cultural no Brasil, o que seria fatal para os norte-americanos, que “perderiam o espaço brasileiro, não só como região estratégica [...] mas também, como um grande mercado consumidor em potencial” (Oliveira, 2015, p. 12). Não sem razão, os Estados Unidos, que nunca tiveram qualquer interesse na construção de uma Siderúrgica brasileira, ampliaram a oferta de crédito para esse fim ao governo Vargas. O pacto entre as duas nações, porém, foi firmado apenas em 1941, quando o Brasil e os Estados Unidos assinam os “Acordos de Washington”, que previam “o envio de matérias-primas brasileiras para os EUA e a abertura militar do Nordeste para os Aliados” (Naiditch, 2015, pp. 19-20) em troca do investimento norte-americano “em uma siderúrgica para o Brasil [e do envio de] [...] 200 milhões de dólares em armamentos ao exército brasileiro” (Naiditch, 2015, pp. 19-20).

Com o acordo firmado, e sem riscos comerciais e econômicos para o Brasil, Vargas rompeu as relações com o Eixo, sofrendo as consequências bélicas previstas: até agosto de 1942, a Marinha Alemã afundou 23 navios da frota brasileira. Finalmente, no dia 22 de agosto do mesmo ano, o Brasil declarou guerra ao Eixo, enviando as tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar junto às tropas norte-americanas na Itália.

Considerações finais

Ao longo deste capítulo, vimos de que maneira a crise política e econômica do modelo liberal em 1929 reconfigurou as classes, a economia e a administração estatal nos Estados Unidos, na Alemanha e no Brasil. Nossa análise, ao mesmo tempo, centrou-se num elemento novo dessa conjuntura, a saber, a ascensão político-econômica do Brasil, que, nas circunstâncias dos anos 1930 e 1940, pôde se posicionar de maneira soberana frente a duas nações imperialistas em

disputa pela hegemonia global. A defesa do interesse nacional – num contexto de forte industrialização, crescimento e modernização do Estado brasileiro – sobrepunha as divisões ideológicas do Estado Novo, frente às quais Getúlio atuava como mediador. Tal cenário permitiu ao Brasil instrumentalizar seus interesses perante os Estados Unidos e a Alemanha no contexto da Segunda Guerra Mundial, garantindo assim concessões importantes, sobretudo dos norte-americanos, para a melhoria de suas condições socioeconômicas.

Referências

- Bielschowsky, R. (2007). *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (5a ed.). Contraponto.
- Caldeira, J. (2017). *História da riqueza no Brasil: Cinco séculos de pessoas, costumes e governos*. Estação Brasil.
- Couto, J. M., & Hackl, G. (2007, dez.). Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). *Economia e Sociedade*, 16(3), 311-341.
- Fausto, B. (1969). *A Revolução de 1930: Historiografia e história*. Brasiliense.
- Ferguson, C. (2013). *O sequestro da América*. Zahar.
- Hobsbawn, E. (1995). *Era dos extremos: O breve século XX*. Companhia das Letras.
- Lepore, J. (2019). *Estas verdades: A história dos Estados Unidos*. Intrínseca.
- Luxemburgo, R. (2021). *A acumulação do capital*. Civilização Brasileira.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência*. Vozes.
- Moore, B., Jr. (1967). *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Edições Cosmos.
- Naiditch, A. F. (2015, jul.-dez.). “A cobra vai fumar”: a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. *Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul*, 2(2).
- Nunes, E. (2003). *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático*. Jorge Zahar.

Oliveira, C. P. (2015, mar.). A política externa do Governo Vargas durante o Estado Novo e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. *História e Cultura*, 4(1), 5-21.

Prado Júnior, C. (1961). *História econômica do Brasil* (6a ed.). Brasiliense.

Prebisch, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 3(3), 47-111.

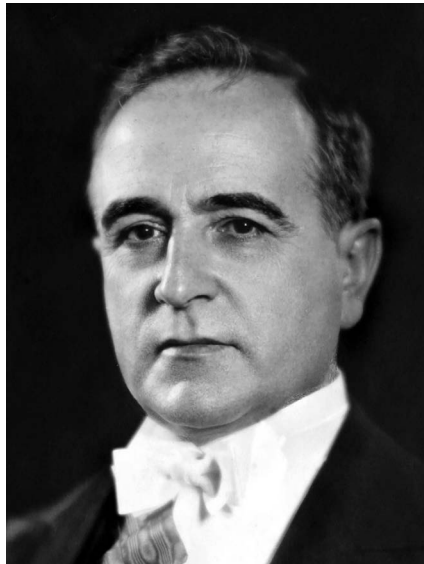


Figura 6.1 – Foto oficial de Getúlio Vargas, presidente do Brasil entre 1930 e 1945 e entre 1951 e 1954.

Fonte: Wikimedia Commons (domínio público).



Figura 6.2 – Aviadores da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).



Figura 6.3 – Getúlio Vargas (sentado à esquerda) e o presidente americano Franklin Delano Roosevelt (sentado à direita), Rio de Janeiro, 1936.

Fonte: WikiMedia Commons (domínio público).